



Governo do Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI

CNPJ 83.052.191/0001-62

Florianópolis - SC

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**



Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri
cnj: 83.052.191/0001-62

BALANÇO PATRIMONIAL

		Em Reais	
ATIVO		31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE	NOTA	49.353.389	41.409.177
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	29.007.883	25.385.345
Contas a Receber de Clientes	6	492.791	439.916
Outros Direitos Realizáveis	7	3.237.850	2.400.611
Estoques	8	3.685.222	3.708.211
Tributos a Recuperar	9	11.680.536	8.353.283
Despesas a Apropriar	10	1.249.107	1.121.811
NÃO CIRCULANTE		71.873.734	63.462.051
Realizável a Longo Prazo		8.295.820	5.528.818
-Depósitos Judiciais	11	7.936.548	5.105.052
-Despesas a Apropriar	10	301.067	382.308
-Investimentos Temporários	12	58.205	41.458
Imobilizado	13	59.151.155	54.417.163
Intangível	14	4.426.759	3.516.070
TOTAL DO ATIVO		121.227.123	104.871.228
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO / (PASSIVO A DESCOBERTO)			
		31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE	NOTA	126.324.168	112.739.059
Fornecedores	15	8.124.396	3.998.475
Obrigações Fiscais e Tributárias	16	7.075.539	3.212.539
Obrigações Sociais e Trabalhistas	17	41.852.448	39.129.067
Provisões Trabalhistas	18	66.563.518	61.748.015
Recursos de Convênios a Aplicar	19	2.406.222	4.393.282
Outras Obrigações	20	302.045	257.681
NÃO CIRCULANTE		20.546.861	17.475.686
Obrigações Fiscais e Tributárias	16	4.011.791	4.382.297
Fornecedores	15	1.317.247	1.317.247
Outros valores a Pagar	20	220.440	209.360
Provisão p/Contingências	21	14.997.383	11.566.782
PATRIMÔNIO LÍQUIDO/ (PASSIVO A DESCOBERTO)		(25.643.905)	(25.343.517)
Capital Social	22	175.340.349	175.340.349
(-) Capital a Integralizar		(276.385)	(276.385)
Prejuízos Acumulados		(200.707.869)	(200.407.481)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		121.227.123	104.871.228



Governo do Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri
cnj: 83.052.191/0001-62

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

		Em Reais	
	NOTA	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		26.319.496	23.650.842
Exportação de Produtos e Serviços	23	949.895	771.357
Vendas de Produtos Mercado Interno	23	2.820.428	2.498.817
Prestações de Serviços Mercado Interno	23	26.362.908	23.723.668
(-)Deduções da Receita	23	(3.813.736)	(3.343.000)
(-) CUSTO DE VENDAS/SERVIÇOS PRESTADOS		(1.646.526)	(1.301.820)
Custo dos Produtos Vendidos		(1.644.483)	(1.299.818)
Custo dos Serviços Prestados		(2.043)	(2.002)
LUCRO BRUTO		24.672.970	22.349.022
DESPESAS OPERACIONAIS		(27.031.551)	(33.247.730)
Com Vendas	24	(194)	(102)
Gerais e Administrativas	25	(484.730.942)	(495.624.298)
Outras Despesas	26	(91.064)	(72.165)
Outras Receitas	26	457.790.650	462.448.835
RESULTADO OPERACIONAL		(2.358.582)	(10.898.708)
RESULTADO FINANCEIRO		4.526.762	122.840
Receitas Financeiras	27	5.078.829	696.107
Despesas Financeiras	27	(552.067)	(573.267)
RESULTADO ANTES DO IRPJ E DA CSLL		2.168.180	(10.775.868)
IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	28	(2.286.441)	(1.364.335)
Corrente		(2.286.441)	(1.364.335)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(118.261)	(12.140.203)

Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri
cnj: 83.052.191/0001-62

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do IR e da CS	2.168.180	(10.775.868)
Ajustado por:		
Ajustes de Exercícios Anteriores	(182.127)	35.918
Alienação do Imobilizado	38.706	69.900
Depreciação/Amortização	12.482.804	10.542.345
Provisões Trabalhistas	4.815.503	18.006.771
Provisões p/ Contingências	3.441.682	(335.327)
Resultado Ajustado=	22.764.749	17.543.738
IR e CS Pagos	(2.286.441)	(1.364.335)
(Aumento)/Redução dos Ativos:		
Contas a Receber de Clientes	(52.874)	(109.465)
Tributos a Recuperar	(3.327.253)	(103.683)
Estoques	22.990	(902.951)
Despesas Pagas Antecipadamente	81.241	99.071
PDVI a Apropriar	(127.296)	232.377
Depósitos Judiciais	(2.831.496)	162.439
Outros Direitos Realizáveis	(837.239)	(442.976)
Aumento/(Redução) dos Passivos:		
Fornecedores	4.125.920	(472.589)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.352.875	1.968.460
Obrigações Fiscais e Tributárias	3.863.000	984.417
Convênios	(1.987.060)	(1.195.065)
Outras Obrigações	44.364	(161.662)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	21.805.478	16.237.776
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações no Imobilizado	(15.915.447)	(23.739.695)
Aplicações no Intangível	(2.250.745)	(2.585.016)
Aplicações em Investimentos Temporários	(16.748)	8.991
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento	(18.182.940)	(26.315.720)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de Capital Social	0	0
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamento	0	0
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.622.539	(10.077.944)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	25.385.345	35.463.288
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	29.007.883	25.385.345



Governo do Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri
cnpj: 83.052.191/0001-62

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL		PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAIS	Em Reais
	SUBSCRITO	(-)A INTEGRALIZAR			
Saldos finais em 31 /12/2019	175.340.349	(7.736.008)	(197.605.474)	(30.001.133)	
Integralização de Capital Social					
Ajustes de Exercícios Anteriores					
Resultado Líquido do Exercício			9.069.472	9.069.472	
Saldos finais em 31 /12/2020	175.340.349	(7.736.008)	(188.536.002)	(20.931.661)	
Integralização de Capital Social		7.459.623		7.459.623	
Ajustes de Exercícios Anteriores			(236.267)	(236.267)	
Resultado Líquido do Exercício			469.072	469.072	
Saldos finais em 31 /12/2021	175.340.349	(276.385)	(188.303.197)	(13.239.233)	
Integralização de Capital Social					
Ajustes de Exercícios Anteriores			35.918	35.918	
Resultado Líquido do Exercício			(12.140.203)	(12.140.203)	
Saldos finais em 31 /12/2022	175.340.349	(276.385)	(200.407.482)	(25.343.517)	
Integralização de Capital Social					
Ajustes de Exercícios Anteriores			(182.127)	(182.127)	
Resultado Líquido do Exercício			(118.261)	(118.261)	
Saldos finais em 31 /12/2023	175.340.349	(276.385)	(200.707.869)	(25.643.905)	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**
(Valores em Reais)**NOTA 1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI, empresa pública, prestadora de serviço público, empresa estatal dependente do Tesouro do Estado de Santa Catarina, não exploradora de atividade econômica, atuando principalmente na área de educação profissional e tecnológica, pesquisa, assistência técnica e extensão rural, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária, é uma companhia de capital fechado, inscrita no CNPJ nº 83.052.191/0001-62 e registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o nº 42.3.0001408.7, dotada de personalidade jurídica de direito privado, regida pelo seu Estatuto Social, pela Lei Complementar Estadual nº 741, de 12 de junho de 2019, pelas Leis Federais nos 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto Estadual nº 1.007, de 20 de dezembro de 2016, e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. (NR)

A Empresa tem por objetivos, planejar, coordenar, orientar, controlar e executar ou promover a execução, de forma descentralizada, a política estadual de pesquisa, transferência e difusão de tecnologia agropecuária, florestal, pesqueira e de assistência técnica e extensão rural do Estado de Santa Catarina, com intuito de promover o desenvolvimento autossustentável da agropecuária catarinense.

Para tanto, a Empresa conta atualmente com 1.612 empregados distribuídos em 16 gerências regionais que apoiam a execução das atividades finalísticas, realizadas através de 4 macro programas e 11 programas institucionais, que produzem tecnologias, produtos e serviços para o atendimento das famílias rurais. Além disso, conta atualmente com 13 Centros de Treinamentos, 9 Estações Experimentais e mais 04 Centros Especializados, que permitem maior capilaridade em todas as ações desenvolvidas diretamente com o homem do campo – o agricultor.

NOTA 2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis individuais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira

e aos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir, tendo sido aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na “**NOTA 3**”.

2.2 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 (noventa) dias da data da aplicação, considerados de liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são utilizados pela Empresa para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A classificação dos instrumentos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

A Empresa classifica seus ativos financeiros em Equivalentes de Caixa, Contas a Receber de Clientes e Outros Direitos Realizáveis. Estes ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo, representam a expectativa de recebimento de recursos. São inicialmente reconhecidos pelo custo da operação, incluindo os custos de transação, exceto quando avaliados pelo valor justo por meio do resultado.

2.4 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E PERDAS ESTIMADAS PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, deduzidos de estimativas para cobrir eventuais perdas na sua realização (conforme os valores demonstrados na “**NOTA 6**”). Os valores constantes nos saldos de contas a receber de clientes correspondem, principalmente, à prestação de serviços técnicos de pesquisa e extensão rural tais como análises, assistência técnica, meteorologia e hidrologia, royalties de cultivares, hospedagem e outros que ocorram no curso normal das atividades da empresa, e à venda de produtos agropecuários e industrializados, excedentes da pesquisa. Quando firmado contrato, o prazo deste normalmente é de um ano, sendo que as entregas de serviços ou produtos são mensais e o recebimento ocorre em média em 30 dias, conforme acordado no contrato.

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa "PECLD" (*impairment*) são constituídas em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização destes créditos e, de modo geral, correspondem aos valores vencidos há mais de seis meses da data da sua constituição.

2.5 ESTOQUES

Os estoques estão registrados pelo custo de aquisição ou de produção, e seu custo unitário é calculado com base no custo médio ponderado. Os detalhes estão divulgados na "NOTA 8".

2.6 INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

Os investimentos temporários são ativos financeiros compostos por participações em empresas com ações negociadas na Bolsa de Valores B3, e seu valor é ajustado, conforme cotação na bolsa de valores. As variações patrimoniais decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas no ativo e no resultado, quando incorridas, como ganhos ou perdas, conforme o caso "NOTA 12".

2.7 IMOBILIZADO

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31/12/1995. Os bens são depreciados pelo método linear, mediante a aplicação de taxas permitidas pela legislação fiscal, conforme descritas na "NOTA 13".

Os ganhos e as perdas com alienações são apurados comparando o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos em "Outras Despesas / Receitas", na demonstração do resultado.

2.8 INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis estão registrados pelo custo de aquisição, deduzido dos valores amortizáveis, calculados pelo método linear, mediante a aplicação de taxas permitidas pela legislação fiscal. Os detalhes estão descritos na "NOTA 14".

2.9 CONTAS A PAGAR AOS FORNECEDORES

São passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo. São registrados pelo valor da fatura correspondente. São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de terceiros no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, conforme disposto na "NOTA 15".

2.10 – DEMAIS ATIVOS E PASSIVOS

Os demais ativos e passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, atualização em base "pro-rata die".

2.11 – RECURSOS A APLICAR

São recursos oriundos de convênios firmados entre a empresa e outros órgãos nas esferas federal, estadual ou municipal. Os valores são registrados em conta própria do passivo mediante ingresso dos valores em conta bancária, própria do convênio, tendo como contrapartida as contas de aplicações financeiras ou conta corrente. À medida que os recursos são aplicados no objeto do seu projeto, são reconhecidos no resultado da empresa.

2.12 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Os passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável, o que representa uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados na “**NOTA 21**”, já os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

2.13 – APURAÇÃO DO RESULTADO (RECEITAS E DESPESAS)

A Empresa tem como prática a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas, assim como reconhecimento das receitas, despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

2.14 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda da pessoa jurídica - RPJ, e a contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL, são calculados com base no lucro real e nas alíquotas estabelecidas pela legislação tributária em vigor.

NOTA 3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são

reconhecidos no período da revisão. As premissas e estimativas significativas para demonstrações contábeis estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de Receita

As receitas operacionais compreendem o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Empresa. As subvenções recebidas do Estado de Santa Catarina representam a maior parte das receitas da empresa, fato que a caracteriza como “dependente” do tesouro estadual, de onde provêm os recursos para custeio da folha de pagamentos e outros gastos; também são recebidas subvenções através de convênios firmados com entidades nas esferas federal, estadual e municipal.

Provisões para riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na “**NOTA 21**”. As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, sob avaliação dos advogados internos da EPAGRI. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

NOTA 4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS E POLÍTICAS

A Empresa está exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros: a) risco de taxa de juros; b) outros riscos de mercado; e c) ingerências financeiras por parte do governo do Estado.

Da mesma maneira que em todos os outros negócios, a Empresa está exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Esta nota descreve os objetivos, políticas e processos da Empresa para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Empresa, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são: a) Caixa e equivalentes de caixa; b) Clientes/Fornecedores; e c) Parcelamentos tributários e previdenciários.

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos ou perdas da Empresa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Quanto ao risco de taxa de juros, a Empresa possui parte dos seus passivos pactuados a taxas de juros fixas e atualizados à Taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC e outras taxas utilizadas pelo Tribunal Regional do Trabalho - TRT para os créditos e débitos trabalhistas.

Os recursos recebidos, decorrente da atividade-fim da instituição, recaem em conta única do Estado, estando sujeitos à realocação dos mesmos para finalidade divergente da planejada pela diretoria da EPAGRI.

NOTA 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A EPAGRI não possui disponibilidades em espécie no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa. O grupo é representado por contas bancárias disponíveis, em moeda nacional, onde os recursos estão registrados e acompanhados pelo Sistema Integrado de Gestão Financeira - SIGEF (do Estado de Santa Catarina) para operacionalização de pagamentos.

Os recursos próprios arrecadados pela Empresa são depositados em Conta Única do Estado.

Cabe à EPAGRI a aplicação destes recursos para a execução das atividades, tais como pagamento de despesas com pessoal e encargos, despesas operacionais (custeio) e investimentos (patrimônio).

A Empresa também recebe transferências de recursos de convênios firmados com outras entidades e órgãos das esferas federal, estadual ou municipal, para gerenciamento de seus compromissos com projetos que são objetos dos convênios. Estes estão registrados em contas de aplicação de liquidez imediata (até 90 dias). Os saldos dos equivalentes de caixa ficam assim representados:

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos Conta Movimento	26.501.016	20.815.552
Bancos c/ Movimento Convênios	-	69.353
Aplicações de Liquidação Imediata	2.506.438	4.493.026
Aplicações Financeiras Recursos Próprio	428	7.414
	29.007.883	25.385.345

O grupo Bancos Conta Movimento representa os recursos provenientes das atividades realizadas pela Empresa, dos quais R\$26.498.750 estão creditados em conta única do Estado, em conta própria estão registrados R\$2.266, para pagamentos de tributos retidos de prestadores de serviços.

As Aplicações de Liquidez Imediata são avaliados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço:

INSTITUIÇÃO BANCÁRIA	31/12/2023	31/12/2022
BB 800267-3 - ANATER 18.2018	935.838	1.715.586
BB 800266-5 - ANATER 07.2018	467.567	779.406
BB 800265-7 - ANATER PROJETO PILOTO	82.688	455.182
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.486.093	2.950.174
BB 6145-X - CONV. 840040/16 - QAS 2016	-	369.251
BB 6289-8 - MAPA HORTICULTURA	129.052	122.123
BB 6297-9 - MAPA MULHERES RURAIS E DA PESCA	138.343	158.385
BB 6296-0 - PI BANANA ITAJAÍ MAPA	-	8.224
BB 6302-9 - CVT AGROINDÚSTRIA CETREVILLE MTIC	86.279	162.588
CEF 453007-8 - CONV 861457/17 - CRT LEITE MAPA	60.116	99.821
BB 6500-5 MAPA ATER DIGITAL/TIC SICONS 819074/2021	606.556	622.460
APLICAÇÕES EM POUPANÇA	1.020.345	1.542.852
CEF - 800038-1	428	4.207
BB 85.020-9 - PLANO DE CRÉDITO RURAL	-	3.207
APLICAÇÕES FINANCEIRAS RECURSOS PRÓPRIOS	428	7.414
APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA	2.506.866	4.500.440

As despesas bancárias, tais como tarifas, são reconhecidas no resultado quando incorridos e os rendimentos (juros e correção monetária) são reconhecidos no resultado quando auferidos.

NOTA 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores a receber de clientes são registrados pelo valor original das notas fiscais de vendas de produtos e serviços, das faturas e dos recibos, conforme o caso. A empresa adota os seguintes procedimentos na prestação de serviços e nas vendas para clientes:

a) O serviço é prestado e os produtos são entregues mediante identificação de pagamento pelo cliente, classificado como adiantamento do cliente, até que se conclua a entrega com a emissão da nota fiscal; e

b) Quando há contrato firmado entre a empresa e o cliente, não há exigência de que o cliente pague antecipadamente, visto que a existência de instrumento jurídico respalda a transação.

Os saldos de contas a receber de clientes apresentam a seguinte composição:

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a Receber - Clientes - Duplicatas e NFs	334.901	438.879
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquid. Duvidosa	(221.409)	(197.393)
Contas a Receber - Clientes - Contratos	491.069	325.486
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquid. Duvidosa	(111.770)	(127.056)
	492.791	439.916

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa apresentam a seguinte movimentação durante o Exercício de 2023:

	31/12/2022	Adições	Reversões	31/12/2023
Perdas Estimadas - Duplicatas e NFs	(197.392)	(74.155)	50.138	(221.409)
Perdas Estimadas - Contratos	(127.056)	(4.775)	20.061	(111.770)
	(324.448)	(78.929)	70.198	(333.179)

Durante o exercício de 2023 foram contabilizadas reversões das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa decorrentes em sua maioria do recebimento financeiro no valor de R\$58.112, e em perdas no recebimento de crédito o valor de R\$12.086 referente a títulos vencidos desde os anos de 2012 e 2013, cliente SC FOODS, depois de todas as tentativa de reaver esses valores, o Departamento Jurídico da EPAGRI autorizou a baixa definitiva.

Também foram constituídas novas estimativas de perdas em créditos de liquidação duvidosa para títulos sem garantia de valor de até R\$5.000 (cinco mil reais), por operação, vencidos há mais de seis meses e para os títulos acima de R\$5.000 (cinco mil reais) até R\$30.000 (trinta mil reais), por operação, vencidos há mais de um ano. Ressalta-se que as tentativas de cobrança desses valores permanecem, sendo que em alguns casos os clientes efetivaram o pagamento no início de 2024.

NOTA 7. OUTROS DIREITOS REALIZÁVEIS

O grupo de outros direitos realizáveis é composto por:

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos a empregados	2.409.507	2.194.935
Adiantamentos a Terceiros	268.291	-
Outros direitos a receber e realizar	560.052	205.676
	3.237.850	2.400.611

I - Adiantamentos a empregados

Referem-se aos valores apropriados nas contas de Adiantamentos de Férias, Gratificação de 1/3 (um terço) de Férias e de Adiantamento de 13º Salário dos empregados cujo gozo das férias está programado para janeiro/2024.

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos de férias	971.817	869.242
Adiantamentos da gratificação de 1/3 de férias	590.402	525.882
Adiantamentos de 13º salários	786.948	736.038
Pagamentos ordenados e valores indevidos a receber	32.466	37.435
Salários em consignação conta corrente a receber	26.337	26.337
Vale Transporte	1.537	-
	2.409.507	2.194.935

A EPAGRI atende o disposto na Cláusula Nona do Acordo Coletivo de Trabalho, que determina que quando o empregado requerer até 15 (quinze) dias antes do gozo de férias, e limitado a 1/12 (um doze avos) do número de empregados, a Empresa pagará a título de adiantamento, 50% (cinquenta por cento) do seu 13º Salário. E quando o empregado é escalado para gozar suas férias no mês de janeiro e tiver solicitado antecipação, este é pago juntamente com o salário das férias. Desta forma, a

A Empresa adiantou o pagamento da 1ª parcela do 13º salário/2024 em dezembro/2023 aos empregados que solicitaram a antecipação e que gozarão férias em janeiro/2024.

A Empresa também aguarda a devolução dos valores pagos indevidamente ao final do mês de novembro de 2020 aos ex-empregados, cujas rescisões de contrato de trabalho ocorreram no ano de 2020, devido à folha de pagamento gerada indevidamente pelo Sistema SIRH (sistema informatizado de gestão de folha) com promoções por antiguidade retroativas. Ressalta-se que as referidas folhas de pagamentos indevidas foram em seguida estornadas e que a Divisão de Gestão da Folha de Pagamento tem mantido contato com as famílias dos ex-empregados falecidos, que estão em processo de inventário, para devolução dos valores, especialmente do montante de R\$26.763 que não haviam sido devolvidos a EPAGRI até o encerramento do exercício 2023.

II - Adiantamentos a Terceiros

O saldo de R\$ 268.291 em 31/12/2023 refere-se aos valores repassados à CERES, empresa de previdência complementar, como parte do Plano Saldado Empregados Iminentes que conforme artigo 7º da Lei Complementar nº 108/2001, as despesas administrativas dos planos de benefícios devem ser custeadas pelo patrocinador, pelos participantes e assistidos, sendo assim a empresa instruída pelo Grupo Gestor do Governo-GGG, conforme processo SGP-e nº Epagri 147/2023, parte do valor recolhido à CERES é contabilizado em adiantamentos aguardando a autorização do GGG.

III - Outros direitos a receber e realizar

	31/12/2023	31/12/2022
Reembolso de salários de pessoal à disposição	504.046	150.622
Juros sobre capital próprio a receber	1.116	1.070
Dividendos a receber	-	507
Ressarcimento de danos causados ao patrimônio	39.169	46.497
Outros valores a receber	4.070	6.980
Sentenças Judiciais a Receber	11.652	
	560.052	205.676

A importância de R\$504.046 de Reembolso de Salários de Pessoal à Disposição se refere às faturas de ressarcimento, à EPAGRI, dos valores correspondentes a salários, 13º salário e encargos, dos empregados da Empresa colocados à disposição de outros órgãos e entidades da Administração Estadual, não dependentes do Tesouro do Estado, conforme normativa estabelecida pela Resolução CPF Nº 017/2012. A empresa emite faturas mensais para reaver estes valores e normalmente o

ressarcimento financeiro por parte dos órgãos e entidades ocorre dentro de 30 (trinta) dias da emissão das faturas.

Na data de 31/12/2023, havia 7 (sete) empregados da EPAGRI à disposição da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina – ALESC, com ônus ressarcido, devidamente formalizado, por meio de Ato do Governador do Estado, publicado no Diário Oficial de Santa Catarina. O aumento de saldo a receber de um exercício para outro se deve ao valor acumulado dos meses de setembro a dezembro e 13º salário, devido ao atraso na emissão das faturas.

Os juros sobre capital próprio a receber no valor total de R\$1.116, refere-se às participações em empresas do ramo de telefonia, com ações negociadas na bolsa de valores B3 (BM&F BOVESPA), cuja expectativa de recebimento é até 30/04/2024.

A Empresa tem a receber o montante de R\$39.169 referente aos ressarcimentos de danos causados ao patrimônio da EPAGRI por terceiros e por empregados, decorrente de acidentes de trânsito envolvendo veículos.

O valor de R\$ 11.652 em Sentenças Judiciais a Receber refere-se ao saldo remanescente do processo judicial nº 0305625-63.2019.8.24.0023 a receber de Triângulo Limpeza e Conservação Ltda - CNPJ 80.727.977/0001-44 acordado em 10 parcelas, restando 01 parcela a receber em janeiro de 2024.

NOTA 8. ESTOQUES

Os estoques de produtos acabados, na grande maioria, são decorrentes do excesso da produção oriunda de procedimentos de pesquisa.

Os estoques em 2023 Apresentam a seguinte composição:

	31/12/2023	31/12/2022
Produtos em Formação e em Elaboração	840.095	1.102.782
Produção Própria de Produtos Agropecuários	1.278.523	1.175.512
Produção Própria de Produtos Industrializados	334.763	311.631
Materiais de Embalagem e Acondicionamento	120.546	76.507
Produtos em Armazém Geral de Terceiros	427.121	203.370
Produtos em Poder de Terceiros para Industrialização	2.800	4.759
Almoxarifado (Material de Consumo)	626.983	811.953
Estoque de produtos de Terceiros	54.390	21.697
	3.685.222	3.708.211

- a) Estoques de produtos em formação e em elaboração: avaliado pelo valor dos custos dos insumos aplicados;

- b) Estoque de produção própria de produtos agropecuários e industrializados: os produtos acabados são avaliados pelo custo médio de produção, alocados no decorrer do processo de produção;
- c) Estoque de materiais de embalagem e acondicionamento: utilizados no processo de industrialização e beneficiamento dos produtos de produção própria, e avaliado pelo valor do custo médio ponderado de aquisição;
- d) Estoque de produtos em armazém geral de terceiros: avaliado pelo valor do custo médio de produção no momento da remessa para estocagem;
- e) Estoque de produtos em poder de terceiros para industrialização ou beneficiamento: avaliado pelo valor do custo médio de produção no momento da remessa para industrialização ou beneficiamento;
- f) Estoque de almoxarifados (materiais de consumo): avaliado pelo custo médio de aquisição.
- g) Estoque de produtos de terceiros: São produtos de terceiros em poder da EPAGRI, registram-se através de contratos de industrialização, após produto pronto são retornados à empresa contratante.

NOTA 9. TRIBUTOS A RECUPERAR

Todos os créditos tributários estão apresentados pelo seu valor original na seguinte composição de saldos:

	31/12/2023	31/12/2022
PIS / COFINS a Recuperar	757.041	602.471
IRPJ / CSLL a Recuperar	6.879.328	3.354.013
FGTS a Recuperar	15.910	15.910
IRRF Pago a Maior a Recuperar	11.173	11.173
INSS a Recuperar	385.363	737.995
Parcelamentos PERT / PGFN / RFB a Recuperar	3.631.721	3.631.721
	11.680.536	8.353.283

I - PIS / COFINS a Recuperar:

Para as contas de PIS e COFINS a recuperar, os saldos referem-se aos valores retidos na fonte sobre as notas fiscais emitidas pela Empresa, de acordo com a legislação vigente. Tais créditos vêm sendo compensados pela Empresa em suas apurações mensais e, quando o direito excede o valor da obrigação, são solicitadas as restituições através de PER/DCOMPs.

II - IRPJ / CSLL a Recuperar:

Os saldos constantes nas contas de IRPJ e CSLL a Recuperar, são valores resultantes das apurações dos períodos de 2007 a 2023. Esta conta também contém os valores pagos por estimativas mensais durante o ano de 2023 no montante de R\$2.293.599, bem como o valor contabilizado como retenções efetuadas por clientes tomadores de serviços no ano, cujos valores atingiram o montante de R\$687.390. Para a recuperação desses créditos é realizada a retificação da apuração do ano calendário, através da Escrituração Contábil Fiscal – ECF e então a formalização de PER/DCOMP solicitando a restituição ou compensação

III - FGTS a Recuperar:

Refere-se a recolhimento do parcelamento do FGTS (Medida Provisória 927/2020) a maior no montante de R\$15.910 nas competências de março a maio de 2020, pago juntamente com o adiantamento das férias (em duplicidade – sistema da CEF não efetuou a baixa dos valores recolhidos na SEFIP na primeira parcela). A recuperação foi solicitada à CEF-Caixa Econômica Federal, via

Conectividade Social, tendo sido recebido em devolução em 25/04/2022 o valor de R\$7.499, aguardando ainda a devolução do saldo.

IV - IRRF Pago a Maior a Recuperar:

Refere-se ao registro de IRRF retido na folha de pagamento de alguns empregados e pagos a maior no montante de R\$11.173, que serão recuperados através de PER/DCOMP.

V - INSS a Recuperar:

- a) R\$385.363 - INSS Retido a Recuperar: nesta conta são movimentados os valores retidos na fonte sobre as notas fiscais emitidas pela Empresa, de acordo com a legislação vigente, sendo que tais créditos vêm sendo compensados dentro do próprio mês pela Empresa em suas apurações, via e-Social. O saldo existente em 31/12/2023 e em 31/12/2022, refere-se a períodos anteriores a outubro de 2018.
- b) A evolução do saldo de 2022 para 2023 justifica-se pela conclusão da análise dos pedidos de restituição junto à RFB, referente ao INSS ano 2013, do qual resultou uma restituição para a EPAGRI no montante de R\$544.423 em valores atualizados.

VI - Parcelamentos PERT / PGFN / RFB a Recuperar e/ou Consolidar:

- a) R\$2.281.650 - Parcelamento PERT RFB Negado, a Restituir (Processo 11516.721323/2019-65): a Empresa possuía um saldo devedor de parcelamento ordinário junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, e em 22/08/2017 fez um reparcelamento com pedido de adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, com base na Medida Provisória nº 783/17, protocolado junto à Receita Federal do Brasil - RFB, tendo sido pagas 03 (três) parcelas, no valor de R\$2.281.650. Porém a PGFN

expediu uma petição informando que a adesão via Receita Federal não atendia aos requisitos legais, sendo que o Juiz acatou o fato da Empresa estar inadimplente para com a PGFN e deu prosseguimento à execução fiscal. O valor total que já havia sido pago, foi objeto de Pedido de Restituição protocolado diretamente na Receita Federal e a Empresa aguarda a análise do pedido pelo órgão.

- b) R\$1.329.335 - Parcelamentos PGFN Aguardando Consolidação (compensar): referem-se aos valores pagos no parcelamentos junto à PGFN, com base nas Leis nº 11.941/09 e 12.996/14, da Multa DIF Papel Imune (R\$801.471) e de IRPJ/CSLL de 2009 (R\$527.864), que aguardam consolidação definitiva dos parcelamentos, para que seja efetuado o confronto do valor que se tinha a pagar (passivo) com os valores pagos, conforme “**NOTA 16**” – obrigações fiscais e tributárias.
- c) R\$20.736 - Outros Parcelamentos PGFN Pagos a Maior a Restituir: referem-se aos valores pagos em parcelamentos junto à PGFN a maior que o devido, verificados após a consolidação destes. O montante foi objeto de Pedidos de Restituição protocolados diretamente na Receita Federal e a Empresa aguarda a análise dos pedidos pelo órgão.

A Empresa vem realizando trabalho de recuperação de impostos e contribuições, que tem resultado em pedidos de restituição - PER/DCOMP's. Dos saldos em 31/12/2023, temos os seguinte quadro:

Tributo	SOLICITADOS	A SOLICITAR	TOTAL
PIS / cofins a Recuperar	247.112	509.925	757.038
IRPJ / CSLL a Recuperar	973.287	5.906.044	6.879.331
FGTS a Recuperar	15.910	0	15.910
IRRF Folha Pg a Maior a Recuperar	0	11.173	11.173
INSS a Recuperar		385363	385.363
Parcelamentos	3.631.721	0	3.631.721
Valor Total	4.868.030	6.812.506	11.680.536

Desta forma, os saldos nas contas de IRPJ e CSLL até o ano de 2018, de PIS e COFINS apuração pagos a maior a restituir até 2019, bem como os valores já restituídos ou compensados são resultado do

trabalho de retificação das apurações e da recuperação dos valores desses tributos, conforme valores na tabela acima.

Durante o exercício de 2023 a Receita Federal do Brasil – RFB concluiu análise de PER/DCOMPs, dos quais foram homologados pedidos de restituição, resultando nos seguintes recebimentos:

Tributo	Valor Restituído
INSS ano 2013 - Restituição	544.423
IRPJ e CSLL ano 2017 - Restituição	354.423
PIS e COFINS ano 2018- Restituição	36.765
Valor Total	935.612

NOTA 10. DESPESAS A APROPRIAR

As despesas são apropriadas mensalmente ao resultado pelo regime de competência e em conformidade com as cláusulas dos contratos de seguros, serviços, assinaturas, entre outros. Os saldos das despesas a apropriar apresentam a seguinte composição:

	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante
Seguro Predial e de Veículos	22.838	0	1.996	0
Assinaturas	935	0	4.091	220
Sistemas Informatizados	47.039	65.960	58.418	112.999
Suporte Técnico e Garantias	45.062	14.667	55.166	59.729
Vale Alimentação	1.054.568	0	983.974	0
Licenciamento ou Cessão de Direito de Uso	3.824	0	3.622	0
Proc. Cível - 036.05001319-0 Indenização	15.840	220.440	14.544	209.360
Bens a incorporar no ativo imobilizado	59.000	0	0	0
	1.249.107	301.067	1.121.811	382.308

I - Seguro Predial e de Veículos:

Em 2023 o saldo de R\$22.838 representa a soma de R\$4.177 de seguro predial sendo R\$2.715 referente seguro contra incêndio para as edificações do Centro de Treinamento de Videira e do Escritório Municipal de Curitibanos, visando atender exigência dos Termo de Cessão de Uso, R\$1.426 referente a seguro predial da Gerência Regional e do Centro de Treinamento de Joinville, para o período de novembro 2023 à novembro 2024; e R\$18.660 de seguro de veículos da Epagri/Ciram-Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia de Santa Catarina, utilizados para atender contrato ANA-Agência Nacional de Águas, com vigência de 06/11/2023 a 05/11/2024.



II- Assinaturas:

Os valores de R\$935 refere-se a assinatura de jornais de grande circulação.

III - Sistemas Informatizados:

Nesta conta estão registrados os valores despendidos com assinatura de programa auxiliar para a editoração de publicações da EPAGRI - vigência até fevereiro de 2024; e softwares de antivírus - vigência até dezembro de 2027.

IV- Suporte Técnico e Garantia:

São registrados valores com contratos de suportes técnicos e garantias: na atualização tecnológica e integração do CIRAM; na extensão de garantia de firewall redundante, usado para manutenção de serviços de proteção de dados; bem como na solução de autenticação de controle de acesso à rede da EPAGRI.

V - Vale Alimentação:

O vale alimentação é creditado antecipadamente no cartão alimentação dos empregados ao final de cada mês, para uso pelo empregado no mês seguinte. O saldo de R\$1.054.568 a apropriar refere-se ao valor creditado no final de dezembro de 2023 para uso na competência de janeiro de 2024.

VI - Licenciamento / Cessão de Direito de Uso:

O valor de R\$3.824 refere-se a licenças de acesso ao sistema de banco de preços com cotações ilimitadas, possibilitando até 04 (quatro) usuários pelo período de doze meses, com vigência até maio de 2024.

VII - Processo Cível - 036.05001319-0 Indenização:

No caso da conta: PROCESSO Nº 0001316-24.2005.8.24.0036 – Em 2021 ocorreu a determinação judicial proferida nos autos do processo nº. 5001397- 91.2019.8.24.0036/SC, onde a EPAGRI deverá depositar mensalmente a título de pensão, a importância correspondente a 1 salário mínimo, a favor da requerente, até os seus 65 anos de idade, o processo cível foi atualizado e transferidos os valores

correspondentes à decisão judicial para o grupo contábil de despesas a apropriar e os valores devidos controlados também no passivo outras contas a pagar, conforme “NOTA 20”.

NOTA 11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Registram-se os depósitos efetuados por determinação judicial, classificados no Ativo Não Circulante, referentes a interposição de recursos, depósitos judiciais e garantias de juízo referentes a processos judiciais “NOTA 21”, cujos saldos apresentam a seguinte composição:

	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos Judiciais - Interposição de Recursos	440.274	515.122
Depósitos Judiciais - Garantias de Juízo	7.358.753	4.452.409
Depósitos Judiciais - Ações de Autoria da EPAGRI	137.521	137.521
	7.936.548	5.105.052

NOTA 12. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

Os Investimentos temporários são ativos financeiros classificados no Ativo Não Circulante e são compostos por instrumentos patrimoniais, participações em empresas do ramo de telefonia com ações negociadas na Bolsa de Valores B3. Foram reconhecidas, no Ativo e no Resultado, as variações

patrimoniais decorrentes da avaliação ao valor justo - avj, correspondentes às variações (ganhos/perdas) no valor das ações em bolsa de valores em 31/12/2023. Os saldos financeiros dos investimentos estão demonstrados no quadro a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
	Valores	Valores	Qtd. Ações	Qtd. Ações
Oi S.A (Ações ON)	9	24	14	141
Telec Brasileiras S.A. Telebrás (Ações ON)	31	32	2	2
Telec Brasileiras S.A. Telebrás (Ações PN)	26	20	2	2
Telefônica Brasil S.A (Ações ON)	45.050	32.329	843	843
Tim S.A (Ações ON)	13.089	9.052	730	730
	58.205	41.458	1.591	1.718

NOTA 13. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até dezembro de 1995, conforme a Lei nº 8.200/91 (com exceção dos seguintes grupos que não sofreram correção: biblioteca; embarcações; computadores, dispositivos móveis e periféricos; utensílios e aparelhos domésticos; equipamentos de áudio, vídeo e foto; sistemas aplicativos; e aparelhos de telecomunicação e videoconferência), deduzido da depreciação acumulada, exceto para terrenos e imobilizações em andamento. Os encargos de depreciação foram calculados pelo método linear, mediante a aplicação de taxas permitidas pela legislação fiscal.

Segue demonstração patrimonial por grupo de bens, taxa de depreciação utilizada e saldos financeiros:

	31/12/2023			31/12/2022			
	Taxa	Custo	Depreciação	Valor	Custo	Depreciação	Valor
	Deprec.	Aquisição	Acumulada	Residual	Aquisição	Acumulada	Residual
Terrenos		1.295.792		1.295.792	1.295.792	-	1.295.792
Benfeitorias	10%	9.240.320	8.669.823	570.497	9.240.320	8.199.229	1.041.091
Edificações	4%	13.304.559	7.462.107	5.842.453	13.304.559	7.074.274	6.230.285
Instalações	10%	3.022.607	2.044.564	978.043	3.030.279	1.862.246	1.168.033
Máquinas e equip. agropecuários	10%	14.650.276	6.704.035	7.946.241	11.764.463	5.662.609	6.101.854
Móveis em geral	10%	5.675.531	4.345.525	1.330.006	5.712.668	4.127.960	1.584.707
Outras máquinas, equip., apar.	10%	34.598.211	23.056.285	11.541.926	32.176.438	21.217.899	10.958.540
Bens transportes terrestres	20%	42.121.141	24.973.438	17.147.703	38.594.868	21.481.692	17.113.176
Biblioteca	10%	21.007	15.766	5.241	21.317	15.005	6.312
Embarcações	10%	333.107	315.334	17.773	321.137	314.056	7.081
Computadores, disp. móveis, perif.	20%	16.954.402	11.461.204	5.493.197	16.159.505	10.892.857	5.266.648
Utensílios e apar. domésticos	10%	1.119.705	639.804	479.901	971.059	569.287	401.772
Equip. áudio, vídeo e foto	10%	787.914	254.351	533.563	480.994	196.678	284.316
Sistemas aplicativos (softwares)	20%	1.567.079	1.561.564	5.514	1.809.601	1.793.096	16.505
Aparelhos telecom. e videoconf.	20%	2.070.603	1.733.017	337.587	3.369.540	3.282.286	87.254
Benfeitorias em prop. terceiros	-	235.099	49.289	185.810	235.099	24.438	210.660
Aparelhos telefonia e smartphone	20%	265	92	173	265	39	226
Ferramentas e outros equipamentos	20%	3.100	289	2.811	-	-	-
Aparelhos, equip. e utensílios laboratoriais	10%	297.414	2.219	295.195	-	-	-
Aparelhos de medição e orientação	10%	103.918	1.327	102.591	-	-	-
Obras em andamento	-	3.798.202	-	3.798.202	1.401.972	-	1.401.972
Imobilizado correção monetária	10%	3.380.154	2.139.217	1.240.937	3.393.910	2.152.973	1.240.937
		154.580.405	95.429.250	59.151.155	143.283.786	88.866.623	54.417.163

Durante o ano de 2023 as entradas no imobilizado referem-se a bens adquiridos, incorporados e recebidos em doação o valor de R\$15.915.447 em bens, destinados aos grupos do ativo imobilizado, conforme quadro a seguir:

	Aquisições	Doações	Incorporações	Valor Total
Máquinas e equipamentos agropecuários	2.760.249	190.369	-	2.950.618
Móveis em geral	9.786	34.608	18.983	63.377
Outras máquinas, equipamentos, aparelhos e instr.	1.167.598	632.547	7.387	1.807.532
Bens para transportes terrestres	4.464.016	-	-	4.464.016
Embarcações	11.970	-	-	11.970
Computadores, dispositivos móveis e periféricos	1.759.071	28.963	8.656	1.796.689
Utensílios e aparelhos domésticos	148.479	17.563	-	166.043
Equipamentos de áudio, vídeo e foto	150.735	166.800	-	317.535
Aparelhos de telecomunicações e videoconferência	345.939	1.850	-	347.789
Ferramentas e Outros Equipamentos com vida útil 5 anos	-	3.100	-	3.100
Aparelhos, Equip e Utensílios Laboratoriais	238.449	58.965	-	297.414
Aparelhos de Medição e Orientação	101.600	2.318	-	103.918
Obras em andamento Itajaí	1.354.449	-	-	1.354.449
Obras em andamento Estação Experimental Ituporanga	311.956	-	-	311.956
Obras em andamento Estação Experimental Campos Novos	209.308	-	-	209.308
Obras em andamento Rio do Sul	520.516	-	-	520.516
Importação de bem em andamento	1.188.230	-	-	1.188.230
Imobilizado Correção Monetária		-	985	985
	14.742.352	1.137.083	36.010	15.915.447

Dos investimentos realizados, no ano de 2023, 30,06% foram para aquisição de 3 tratores agrícolas e de 47 veículos automotores e destinados à renovação da frota da Empresa, visando minimização dos custos de manutenção e instrumentalização da atividade fim da instituição, tendo sido distribuídos entre as Unidades.

Em 2023 foi concluída a obra na Unidade Estação Experimental de Ituporanga, com aquisição de serviços e materiais para construção de um galpão, que servirá para armazenamento de cebola, garagem, almoxarifado, sala de avaliações e envase de sementes. Também concluída a obra localizada na Unidade Estação Experimental de Campos Novos, com aquisição de serviços e materiais, para reestruturação do centro de referência técnica em produção de leite a base de pastagens perenes.

No exercício de 2023 iniciou-se novas obras nas diversas unidades da EPAGRI. Na Estação Experimental de Videira está sendo realizada a adequação elétrica dos imóveis. Na Gerência Regional de Rio do Sul começou a reforma e ampliação da unidade. No campo Experimental de Piscicultura do CEDAP, localizado em Itajaí, está ocorrendo a obra de serviços de engenharia para ampliação da infraestrutura de viveiros e por fim na Estação Experimental de Itajaí, obra no galpão de arroz, com ampliação e também reforma do telhado.

A Empresa deu entrada no valor total de R\$1.027.094 em bens recebidos em doação, de pessoas físicas e jurídicas, sendo em sua maioria da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina - FAPESC, conforme termos de convênios de auxílio financeiro a projetos de pesquisa, firmados com entidades.

O inventário físico dos bens móveis foi concluído na sua integralidade no ano de 2023, foi realizado por meio do Sistema de Gestão Patrimonial pelas unidades descentralizadas da EPAGRI e os relatórios decorrentes da finalização do inventário foram encaminhados para conhecimento e análise da Diretoria. O trabalho realizado possibilitou uma maior conscientização de gestores e empregados sobre o zelo e responsabilidade para com o patrimônio público, aumentou significativamente os controles e melhorou a comunicação interna sobre as atividades de patrimônio.

Em abril de 2023 foi realizado o Procedimento de Licitação da EPAGRI (PLE 0006/2023) de forma eletrônica (on-line) para a alienação de bens móveis inservíveis: veículos automotores, máquinas e equipamentos. Na ocasião foram leiloados 88 veículos automotores, 2 microtratores e 9 lotes de sucatas de máquinas e equipamentos. Os lotes de máquinas e equipamentos estavam localizados nas seguintes unidades descentralizadas: Florianópolis, Itajaí, Tubarão, São Joaquim, Caçador, Videira, Chapecó, Rio do Sul e Campos Novos, permitindo a otimização de mão de obra e logística envolvida no processo. O Leilão arrecadou o valor de R\$1.811.150 para a renovação de frota de veículos, máquinas e equipamentos da Epagri.

O quadro a seguir demonstra as baixas ocorridas durante o exercício de 2023:

	Custo da Doação	Depreciação Acumulada	Valor Residual	
	Custo de Aquisição Baixado	Efetuada Baixada	Baixada	dos Bens Baixados
Instalações	7.672	-	7.672	-
Máquinas e equipamentos agropecuários	64.805	-	46.617	18.188
Móveis em geral	100.514	2.168	97.529	2.985
Outras máquinas, equipamentos, aparelhos	573.989	-	575.025	- 1.036
Bens para transportes terrestres	937.743	-	938.811	- 1.067
Biblioteca	310	-	310	-
Computadores, disp. móveis e periféricos	1.001.793	-	988.740	13.052
Utensílios e aparelhos domésticos	17.397	-	15.286	2.110
Equipamentos de áudio, vídeo e foto	10.615	-	7.529	3.086
Sistemas aplicativos (softwares)	242.522	-	242.965	- 443
Aparelhos de telecomunicações e videoconferência	1.646.726		1.644.895	1.831
Correção Monetária Imobilizado	14.741		14.741	-
	4.618.827	2.168	4.580.120	38.706

NOTA 14. INTANGÍVEL

São os sistemas aplicativos (softwares), bens incorpóreos, resultantes de direitos contratuais ou de outros direitos legais, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

A Empresa possui registrados os direitos de uso de sistemas aplicativos (software) ao custo de aquisição deduzido dos valores amortizáveis, calculados pelo método linear, mediante a aplicação de taxas permitidas pela legislação fiscal.

	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo Aquisição	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Aquisição	Amortização Acumulada	Valor Residual
Sistemas Aplicativos (Softwares)	11.900.432	7.473.674	4.426.759	9.649.687	6.133.617	3.516.070
	11.900.432	7.473.674	4.426.759	9.649.687	6.133.617	3.516.070

Durante o ano de 2023 foram adquiridos em compras R\$2.244.745 e recebidos em doação R\$6.000, totalizando o valor de R\$2.250.745 em bens destinados ao ativo intangível, resultando um saldo do custo de aquisição no valor de R\$11.900.432 em 31/12/2023.

NOTA 15. FORNECEDORES

São passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo. Os fornecedores são registrados pelo valor da fatura correspondente. São obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos de terceiros no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

Os saldos a pagar estão assim demonstrados:

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores diversos	7.647.019	3.957.083
Fornecedores / Contrato SEA-SC	441.842	33.054
Pagamentos devolvidos a regularizar	35.534	8.338
Total no Passivo Circulante	8.124.396	3.998.475
Triângulo Limpeza e Conservação Ltda (PNC)	1.317.247	1.317.247
Total Geral de Fornecedores	9.441.643	5.315.722

I - Fornecedores diversos:

A variação do saldo a pagar aos fornecedores diversos de R\$ 3.689.936, deve-se principalmente a aquisições no final do ano de bens como computadores e dispositivos de informática, do fornecedor Harley de Aguiar Junior ME, R\$1.029.422; aquisições de veículos, do fornecedor Globo Comércio de Veículos e Peças Ltda. de R\$2.925.618. Os valores foram pagos em janeiro de 2024.

II - Fornecedores / Contratos SEA-SC

Também fazem parte das contas a pagar de fornecedores, com saldo em 31/12/2023 no valor de R\$441.842, referente ao contrato de manutenção de veículos, conforme relato a seguir.

O Governo estadual possui mais de 16.000 veículos distribuídos em todo o território Catarinense, sendo que a EPAGRI possui a segunda maior frota do Estado, depois da polícia militar. Buscando a unificação de contratos e informações para gerir de forma mais eficiente e funcional, a Secretaria de Estado de SC (SEA/SC) realizou processo licitatório visando a contratação de uma operadora para manutenção da frota. Dessa forma, em março de 2021, a EPAGRI (assim como a Cidasc e o Ceasa) aderiram ao contrato oriundo desse processo, passando a utilizar os serviços da empresa Ticket Log nas suas manutenções de veículos e de equipamentos em geral.

A referida contratação propicia que uma única empresa forneça uma rede de estabelecimentos credenciados por todo o estado de Santa Catarina, proporcionando vantagem em quantidade de processos licitatórios para atendimento da demanda, bem como maior controle nos gastos, visto que a EPAGRI possui escritórios em praticamente todos os municípios catarinenses.

III - Pagamentos devolvidos a regularizar

O total de R\$35.534 refere-se aos pagamentos enviados ao banco para quitação, que retornaram por ter encontrado algum problema de dados bancários, e aguardam regularização.

IV - Triângulo Limpeza e Conservação Ltda

O valor total de R\$1.317.247 encontra-se em aberto desde 2007 em virtude das irregularidades apuradas por meio do relatório de sindicância, instituído pelo presidente da EPAGRI na época, conforme a portaria nº 437 e 474/2007. Posteriormente, foi aberto procedimento de Tomada de Contas Especial que, após sua conclusão, foi remetido ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina para julgamento. Conforme informações apuradas no departamento jurídico: "A Tomada de Contas Especial foi apreciada pelo TCE no Processo TCE 10/00713765, com Relatório datado de 16/09/2019. Até a presente data, o processo encontra-se concluso para julgamento perante o Tribunal de Contas do Estado, sem previsão de uma data específica".

NOTA 16. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

As obrigações fiscais e tributárias apresentadas no Balanço Patrimonial são compostas por:

<u>Passivo Circulante:</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Tributos Retidos a Recolher	200.316	239.023
IPI Apuração a Recolher	1.727	4.708
PIS e COFINS Apuração a Recolher	292.186	230.089
IRPJ Estimativa Mensal a Recolher	1.648.128	632.662
CSLL Estimativa Mensal a Recolher	699.615	227.758
Provisão IRPJ ano 2023	1.578.172	-
Provisão CSLL ano 2023	708.269	-
Parcelamento PERT nº 1613393 a Pagar	789.205	720.378
Parcelamento Multa DIF Papel Imune	531.650	531.650
Parcelamento IRPJ e CSLL 2009	626.271	626.271
	7.075.539	3.212.539

<u>Passivo Não Circulante:</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Parcelamento PERT nº 1613393	4.011.791	4.382.297

I - Tributos Retidos a Recolher:

Referem-se às retenções de INSS, IRRF, ISS e Contribuições Sociais - PIS/COFINS/CSLL efetuadas de pessoas jurídicas e físicas que prestaram serviços para a Empresa.

II - IPI Apuração a Recolher:

Decorre do confronto entre os débitos e os créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI apurados em cada mês, nas operações de fabricação própria de vinhos e cachaças.

III - PIS e COFINS Apuração a Recolher:

São contribuições calculadas mensalmente pelo regime não cumulativo, sobre as receitas da Empresa, deduzidos os créditos pelas entradas, permitidos em lei e dos valores retidos nas prestações de serviços.

IV - IRPJ e CSLL Estimativa Mensal a Recolher:

Refere-se aos valores de estimativa mensal do mês de dezembro de 2023, de IRPJ e CSLL sobre o Lucro Real (resultado contábil ajustado), a ser recolhido no vencimento, em 31 de janeiro de 2024.

V - Parcelamento PERT nº 1613393 (Lei nº 13.496/17) a Pagar:

No ano de 2005 a EPAGRI sofreu processo de fiscalização, cujo objeto foram as contribuições previdenciárias, onde foram identificadas diferenças relativas a parte patronal, SAT/RAT, INCRA, SEBRAE, SENAC e SESC, que resultaram em 6 (seis) Notificações Fiscais de Lançamento em dezembro de 2005. Em abril de 2007 esses débitos foram inscritos em Dívida Ativa na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN.

Em fevereiro de 2017 foram quitadas integralmente 03 (três) dos débitos acima cuja soma foi de R\$88.404.

Os demais débitos foram objeto de parcelamento ordinário junto à PGFN, com base na Lei nº 10.522/02, em maio de 2017, cujo montante de R\$19.846.811, seria pago em 60 prestações mensais e o saldo devedor seria atualizado pela taxa SELIC Acumulada. Foram pagas 03 (três) parcelas.

Em agosto de 2017 o saldo devedor do parcelamento ordinário junto a PGFN foi reparcelado com o pedido de adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, com base na MP nº 783/17, junto a Receita Federal do Brasil, tendo sido pagas 03 (três) parcelas, no montante total de R\$2.281.650. Porém a PGFN expediu uma petição informando que a adesão via Receita Federal não atendia aos requisitos legais, sendo que o Juiz acatou o fato da EPAGRI estar inadimplente com a PGFN e deu prosseguimento à execução fiscal. O valor total de R\$2.281.650 que já havia sido pago foi objeto de Pedido de Restituição protocolado diretamente na Receita Federal e a Empresa aguarda a análise do pedido pelo órgão.

Então em novembro de 2017 a EPAGRI requereu a adesão ao parcelamento previsto no Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme a Lei nº 13.496/2017, na modalidade prevista no art. 3º, inciso II, alíneas “a” e “b”, dos débitos constantes na tabela abaixo:

COMPOSIÇÃO							
Nº dos Débitos / Processo Identificador	Data da Notificação (Doc. Origem)	Período da Dívida	PRINCIPAL	MULTA	JUROS	ENCARGOS / HONORÁRIOS	TOTAL CONSOLIDADO
370005503	16/12/2005	04/1999 a 02/2004	2.257.913	1.806.331	4.379.060	844.325	9.287.629
370005481	16/12/2005	10/1995 a 02/2004	175.856	35.171	362.473	57.349	630.848
370005457	16/12/2005	11/1995 a 02/2004	2.693.407	538.682	5.122.428	835.440	9.189.957
TOTAL EM 13/11/2017			5.127.176	2.380.184	9.863.960	1.737.114	19.108.434

A adesão ao parcelamento PERT junto a PGFN, na modalidade da Lei nº 13.496/2017, art. 3º, inciso II, alínea "a" e "b", foi condicionada ao pagamento em espécie de 20% (vinte por cento) do valor da dívida consolidada, sem reduções, em parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de novembro a dezembro de 2017:

	PRINCIPAL	MULTA	JUROS	ENCARGOS / HONORÁRIOS	TOTAL CONSOLIDADO
Total da dívida consolidada	5.127.176	2.380.184	9.863.960	1.737.114	19.108.434
(-) 20% do total da dívida consolidada	(1.025.435)	(476.037)	(1.972.792)	(347.423)	(3.821.687)
Total líquido da dívida consolidada	4.101.741	1.904.147	7.891.168	1.389.691	15.286.747

O valor total líquido consolidado restante foi parcelado em até 145 (cento e quarenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2018, com redução de 80% (oitenta por cento) dos juros de mora, 50% (cinquenta por cento) das multas de mora, de ofício ou isoladas e 100% (cem por cento) dos encargos legais, inclusive honorários advocatícios:

	PRINCIPAL	MULTA	JUROS	ENCARGOS / HONORÁRIOS	TOTAL CONSOLIDADO
Percentual de redução - benefício		50%	80%	100%	
Total líquido da dívida consolidada Sem Redução	4.101.741	1.904.147	7.891.168	1.389.691	15.286.747
(-) Valor da redução / benefício	-	(952.074)	(6.312.935)	(1.389.691)	(8.654.699)
Total da dívida consolidada Com Desconto	4.101.741	952.073	1.578.233	-	6.632.048

Em novembro de 2017 a PGFN considerou o parcelamento PERT nº 1613393 DEFERIDO.

Desta forma, no ano de 2017, o valor total de R\$952.073, correspondente ao benefício de redução das multas, foi reconhecido como Outras Receitas Operacionais – Redução das Multas sobre Passivos; o valor total de R\$1.389.691, correspondente ao benefício de redução dos encargos legais (honorários) foi reconhecido como Outras Receitas Operacionais - Redução dos Encargos Legais (Honorários Sucumbência) sobre Passivos; e o valor total de R\$6.312.935, correspondente ao benefício de redução dos juros, foi reconhecido como Receitas Financeiras – Redução dos Juros de Mora sobre Passivos. O que acarretou num valor total de receita de R\$8.654.699, compondo a apuração do lucro real daquele exercício.

O total da dívida consolidada com desconto foi reconhecido parte (vencível nos próximos 12 meses) no Passivo Circulante e parte no Passivo Não Circulante.

O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, é acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento for efetuado, conforme prevê a Lei nº 13.496/2017, art. 8º, § 3º.

No decorrer do ano de 2023, foram pagas 12 (doze) parcelas, que totalizaram o valor de R\$758.271, sendo R\$548.859 referente ao principal parcelado e R\$209.412 referentes aos juros pagos. Sendo assim, restam 73 (setenta e três) parcelas do Parcelamento PERT nº 1613393 a pagar, no valor total de R\$4.800.995, sendo:

Parcelamento PERT nº 1613393 a Pagar:	31/12/2023	31/12/2022
Passivo Circulante	789.205	720.378
Passivo Não Circulante	4.011.791	4.382.297
	4.800.995	5.102.675

VI - Parcelamento Multa DIF Papel Imune:

A EPAGRI foi notificada a pagar as multas pela entrega fora do prazo das Declarações DIF Papel Imune, referentes aos períodos base de 07/2002, 10/2002, 01/2003, 04/2003, 07/2003, 10/2003, 01/2004, 04/2004 e 07/2004, para a Secretaria da Receita Federal. A Assessoria Jurídica da Empresa recorreu, em todas as instâncias, da notificação, mas sem sucesso.

Em junho de 2011, a Empresa apropriou a dívida, líquida e certa, que já estava em Dívida Ativa na Procuradoria da Geral da Fazenda Nacional - PGFN, bem como a opção pelo parcelamento da dívida, nos termos da Lei nº 10.522/02, no valor total inicial de R\$1.830.633 em 60 parcelas.

Este parcelamento vinha sendo amortizado em parcelas mensais e consecutivas, e o valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, era acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

Em novembro de 2013 foi requerida via internet a adesão ao Parcelamento da Lei nº 11.941/09, conforme os termos do art. 17 da Lei nº 12.865/13 na modalidade "PGFN - Demais Débitos - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários (código de receita 3841)", junto à PGFN e aguarda-se o deferimento e consolidação da dívida pela PGFN.

A previsão de quitação da dívida, na época, era em 20 (vinte) parcelas, com início no mês de novembro de 2013 e término em junho de 2015. Tendo feito o pedido de parcelamento da Lei nº 11.941/09, a EPAGRI encaminhou à PGFN o Recibo de Desistência ao Parcelamento Ordinário (anterior) de que trata o art. 10 da Lei 10.522/02.

O saldo total existente em 11/11/2013, de que trata o art. 10 da Lei 10.522/02, referente a Inscrição 91.6.07.002207-46, foi integralmente transferido para outra conta contábil 2016 - (PC) Parcelamento Lei 11941/2009 PGFN - Multa DIF Papel Imune - Inscr. 91607002207-46.

Os pagamentos efetuados a partir do mês de novembro de 2013, referentes ao Parcelamento da Lei nº 11.941/09 - Cód. Receita 3841 - Inscrição 91.6.07.002207-46, foram contabilizados em conta do Ativo Circulante - no grupo de "Tributos a Recuperar" (Conta Contábil 2017). O montante recolhido pelos cálculos da Empresa foram suficientes para liquidar a dívida. Aguarda-se o deferimento e consolidação da dívida pela PGFN.



No ano de 2021 foram reconhecidos os benefícios previstos na Lei nº 11.941/2009, art.3º, § 2º, inciso IV e Lei 12.865/2013, art. 17, de redução sobre o valor da dívida de:

- a) 40% da multa isolada (principal), no valor de R\$184.967;
- b) 40% dos juros de mora, no valor de R\$169.466; e
- c) 100% do encargo legal, no valor de R\$177.217.

Os valores acima não integram a apuração IRPJ, CSLL, PIS E COFINS do ano 2021, conforme previsto no art. 4º, parágrafo único da Lei nº 11.941/2009.

Quando houver a consolidação definitiva do parcelamento, pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal, os valores pagos pela Empresa, registrados no ativo circulante, serão deduzidos do saldo devedor calculado pela Secretaria da Receita Federal.

VII - Parcelamento IRPJ e CSLL 2009 a Pagar:

Em abril de 2010 a EPAGRI obteve deferimento do parcelamento ordinário espontâneo (Processo nº 11516-001460/2010-41), junto a Receita Federal do Brasil, referente aos débitos de IRPJ e CSLL sobre o Lucro, devidos por estimativa mensal do exercício 2009, a ser pago em 60 parcelas mensais e consecutivas, atualizado mensalmente pela Taxa SELIC e com vencimento (liquidação) previsto para março de 2015.

Posteriormente, em agosto de 2014, a EPAGRI fez a adesão ao parcelamento da Lei 12.996/2014. O saldo devedor da dívida foi reclassificado para conta “Parcelamento PGFN – IRPJ e CSLL 2009”, do grupo Obrigações Fiscais e Tributárias, do Passivo Circulante.

Os pagamentos vinham sendo realizados mensalmente, em DARF única, e contabilizados no Grupo “Tributos a Recuperar”, do Ativo Circulante. O montante recolhido pelos cálculos da Empresa foram suficientes para liquidar a dívida.

Quando houver a consolidação definitiva do parcelamento, pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal, os valores pagos pela Empresa serão deduzidos do saldo devedor calculado pela Secretaria da Receita Federal.

NOTA 17. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

Como empresa pública, a EPAGRI realiza a admissão dos empregados mediante concurso público, com contrato de experiência pelo prazo determinado de 90 (noventa) dias. Esgotado o período experimental, sendo de interesse da EPAGRI e aprovado na avaliação de desempenho no período experimental, esse contrato fica prorrogado por prazo indeterminado.

Os empregados da EPAGRI estão sujeitos às normas da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, principal referência de direitos dos trabalhadores urbanos com vínculo empregatício e ao Regime Geral de Previdência Social, gerido pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Os saldos das obrigações apresentam a composição no passivo circulante:

	31/12/2023	31/12/2022
INSS – Previdência Social	6.829.638	6.534.186
IRRF Retido dos Empregados a Recolher	6.889.581	3.237.781
CERES – Previdência Complementar	2.294.541	4.761.775
CASACARESC - Programa de Saúde a Pagar	2.514.406	2.374.467
AMACA - Retenções a Repassar	873.174	813.739
Empréstimos e outros consignados	766.717	644.611
Férias e Gratificação de 1/3 a Pagar	15.071.724	14.386.479
Encargos Sociais s/ Férias e Gratificação 1/3	6.595.212	6.365.459
Outras Obrigações Trab. e Sociais a Pagar	17.454	10.568
	41.852.448	39.129.067

I - INSS – Previdência Social:

O saldo de INSS Previdência Social a pagar é composto pela parte retida dos empregados e pela contribuição patronal da Empresa sobre a folha de pagamento da competência dezembro de 2023.

II - IRRF Retido dos Empregados a Recolher

O montante de R\$6.889.581 refere-se ao IRRF retido sobre a folha da competência de dezembro de 2023 e do 13º salário, a serem recolhidos em janeiro de 2023.

III - O FGTS devido sobre a folha da competência dezembro foi pago antecipadamente em 26/12/2023.

IV - CERES – Previdência Complementar

A EPAGRI oferece aos seus empregados a opção de aderirem ao plano de previdência complementar. A Fundação de Seguridade Social - CERES, conforme “**NOTA 25**”. O montante de R\$2.294.541 a pagar é composto pela parte retida dos empregados participantes dos Planos: Flex Ceres (contribuição normal e facultativa); Básico (contribuição normal); e Saldado (custeio administrativo), bem como da contribuição patronal da empresa nos planos, referentes à competência dezembro de 2023.

V - CASACARESC - Programa de Saúde a Pagar

O valor total de R\$2.514.406 a pagar à Caixa Assistencial e Beneficente dos Funcionários da Associação de Crédito e Assistência Rural de SC - CASACARESC, refere-se ao Plano de Saúde disponibilizado pela Empresa aos empregados e seus dependentes, composto pelas contribuições patronal e a retida dos empregados associados, sobre a folha de pagamento da competência dezembro de 2023. A CASACARESC é uma autogestão de plano de saúde, com 53 anos de existência, e tem como função administrar o plano de saúde oferecido pela EPAGRI (também chamada de patrocinadora instituidora), aos seus empregados e dependentes. A adesão ao plano de saúde oferecido pela Empresa não é obrigatória. O empregado associado se submete às normas e regulamentos do plano tais como, contribuição mensal, coparticipação e outros.

VI - AMACA - Retenções a Repassar

O valor a repassar de R\$873.174 advém exclusivamente dos descontos efetuados na folha de pagamento da competência dezembro de 2023, dos empregados associados da Associação Mútua de Auxílios dos Associados da Casacaesc - AMACA, e a ser repassado a esta entidade, não havendo contribuição patronal. A AMACA é uma entidade de cunho associativo e de natureza mutualista, que congrega associados empregados das patrocinadoras da CASACARESC, dentre elas a EPAGRI, proporcionando auxílios e assistências aos associados, tais como o Fundo Mútuo de Assistência Financeira – FMAF, o Seguro de Vida em Grupo e o Fundo de Auxílio Financeiro aos Associados Destinado à Cobertura de Danos Materiais em Acidentes com Veículos para empregados da EPAGRI, CIDASC E CIASC - FAFE.

VII - Empréstimos Consignados e outros

Os valores de empréstimos consignados e outros de R\$766.717 serão repassados às respectivas instituições em janeiro de 2024. Deste saldo total, o valor de R\$635.358 referem-se aos empréstimos consignados na folha de pagamento dos empregados: R\$95.847 refere-se às contribuições sindicais, assistenciais e confederativas; e R\$35.511 são as contribuições para as associações de empregados da EPAGRI.

VII - Férias e Gratificação de 1/3 a Pagar e Encargos

Os valores de férias e gratificação de 1/3 de férias a pagar e respectivos encargos sociais, estão apropriados de acordo com legislação trabalhista vigente, tomando por base o período aquisitivo de cada empregado, acrescido das variações salariais e dos respectivos encargos sociais.

NOTA 18. PROVISÕES TRABALHISTAS

As provisões trabalhistas são constituídas de acordo com as normas internas vigentes na Empresa, com base no período aquisitivo de cada empregado, acrescidas das variações salariais e dos respectivos encargos sociais incidentes.

Os saldos das provisões no passivo circulante são compostos por:

	31/12/2023	31/12/2022
Gratificação de Férias de 25%	2.469.156	2.647.506
Encargos Sociais s/ Gratificação de 25%	1.049.402	1.137.153
Licença Especial Adquirida - LEA	33.060.775	31.588.783
Encargos Sociais s/ LEA	13.880.883	13.498.193
Licença Especial Proporcional - LEP	11.289.713	8.993.213
Encargos Sociais s/ LEP	4.813.591	3.883.166
	66.563.518	61.748.015

I - Provisão para Gratificação de Férias de 25%:

Foi aprovada através da Resolução CPF nº 17/2010 e Item 4.4.7 do Manual de Normas de Recursos Humanos - Versão 2004, e consta no Manual de Normas e Procedimentos, aprovado pela Deliberação DEX n. 09/2014, 2º versão – 2014 da EPAGRI. Ao adquirir o direito às férias anuais, o empregado faz jus a uma gratificação de férias de valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) de seu salário, sem prejuízo do seu gozo e da remuneração. Essa gratificação é paga no mês subsequente ao do pagamento da remuneração de férias. E a provisão para gratificação de férias de 25% é calculada mensalmente à razão de 1/12 sobre 25% do salário do empregado.

II - Provisão para Licença Especial:

A Licença Especial é calculada à razão de 30 dias para cada período aquisitivo de 5 (cinco) anos. Após cada 5 (cinco) anos de serviços efetivamente trabalhados na Administração Indireta do Estado de Santa Catarina, o empregado faz jus à Licença Especial de 30 (trinta) dias, conforme previsto no Acordo Coletivo de Trabalho da Empresa, não podendo ser transformada em pecúnia, salvo nos casos de rescisão contratual sem justa causa, na aposentadoria por invalidez e falecimento.

NOTA 19. RECURSOS DE CONVÊNIOS A APLICAR

Os valores desta conta referem-se ao ingresso de recursos de convênios firmados entre a EPAGRI e órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal, a serem aplicados no desenvolvimento de projetos afixados nos próprios convênios.

Os recursos oriundos dos convênios firmados são depositados em contas bancárias próprias de cada convênio “NOTA 5”, sendo controlado no grupo de contas do passivo, até que ocorra a sua realização.

Os saldos dos recursos de convênios a aplicar em 2023 apresentam a seguinte composição:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
BB 6145-X - CONV. 840040/16 - QAS 2016	-	349.251
BB 6240-5 - MAPA	-	49.621
BB 6289-8 - MAPA HORTICULTURA	119.052	112.123
BB 6297-9 - MAPA MULHERES RURAIS E DA PESCA	134.243	154.285
BB 6296-0 - PI BANANA ITAJAÍ MAPA	-	1.724
BB 6302-9 - CVT AGROINDÚSTRIA CETREVILLE MTIC	72.779	149.088
CEF 453007-8 - CONV 861457/17 - CRT LEITE MAPA	-	10.424
BB 6361-4 - MAPA SICONV 891979/2019	-	6.632
BB 6500-5 MAPA ATER DIGITAL/TIC SICONV 919074/2021	594.056	609.961
BB 800267-3 - ANATER 18 2018	935.838	1.715.586
BB 800266-5 - ANATER 07 2018	467.567	779.405
BB 800265-7 - ANATER PROJETO PILOTO	82.688	455.182
	<u>2.406.222</u>	<u>4.393.282</u>

NOTA 20. OUTRAS OBRIGAÇÕES

A composição dos saldos de outras obrigações nos exercícios de 2023 e 2022 estão demonstrados conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
Proc. Cível - Indenização	29.840	220.440	14.544	209.360
Recebimentos indevidos e valores a devolver	2.110	-	3.648	-
Adiantamentos de clientes	225.316	-	198.304	-
Outros valores a pagar	44.779	-	-	-
	302.045	220.440	257.681	209.360

I -Proc. Cível - Indenização

Valores a pagar do Processo Cível refere-se a PROCESSO Nº 0001316-24.2005.8.24.0036 citado na “NOTA 10”, sendo os valores devidos controlados também no passivo, em outras obrigações a pagar.

II - Recebimentos indevidos e valores a devolver

Referem-se a valores recebidos de clientes a maior ou indevidamente e serão devolvidos a estes.

III - Adiantamentos de clientes

Os adiantamentos de clientes são os valores recebidos antecipadamente destes pela a venda de produtos e serviços oferecidos pela EPAGRI, decorrentes, na sua maioria, de operações em que não existe contrato assinado entre as partes.

IV - Outros valores a pagar

O saldo da conta decorre de valores de depósitos de caução, que correspondem a garantias de fornecedores referentes a contratos firmados , tais valores são atualizados mensalmente.

NOTA 21. PROVISÕES P/ CONTINGÊNCIAS

Em relação às ações judiciais contra a empresa, apresentamos a seguinte composição:

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão P/ Contingências Trabalhistas	10.464.984	7.070.156
Provisão P/ Contingências Cíveis	4.532.400	4.496.626
	14.997.383	11.566.782
(-) Depósitos Judiciais – Interposição Recursos	(440.274)	(515.122)
(-) Depósitos Judiciais – Garantias em Juízo	(7.358.753)	(4.452.409)
(-) Depósitos Judiciais – EPAGRI Autora	(137.521)	(137.521)
(=) Saldo Líquido	7.060.835	6.461.730

Os valores registrados contabilmente referentes aos processos judiciais contra a empresa, são aqueles considerados como "provável" desembolso de valores, a análise para esta classificação é feita pelo Departamento Jurídico - DJUR, e a classificação pode ser "provável", "possível" ou "remota"

O termo "provável" em relação a possível indica que há maior probabilidade de o fato ocorrer. Geralmente, em um processo, cujo prognóstico é provável a perda, há elementos, dados ou outros indicativos que possibilitam tal classificação, como por exemplo: a tendência jurisprudencial dos tribunais ou a tese já apreciada em tribunais superiores para questões que envolvam matéria de direito, e a produção ou a facilidade de se dispor de provas (documental, testemunhal - principalmente em questões trabalhistas - ou periciais) para questões que envolvam matéria de fato. Há obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos.

Por sua vez, se o prognóstico for "possível" perda, esta pode acontecer; todavia, esse prognóstico não foi, necessariamente, fundamentado em elementos ou dados que permitam tal informação. Ou, ainda, em um prognóstico possível, os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será perda ou ganho no processo. Há obrigação possível ou obrigação presente que pode requerer, mas provavelmente não irá, uma saída de recursos.

Adicionalmente, é importante notar que as decisões judiciais favoráveis de primeiro ou de segundo grau podem não ser tão importantes quando há desfecho (julgamento final) desfavorável em tribunal superior ou de última instância. Também, a menos que, do ponto de vista processual, já exista problema que possa acarretar determinado desfecho, no prognóstico não devem ser levados em conta essas eventuais circunstâncias, tais como eventuais perdas de prazos e etc. a que estão sujeitos quaisquer processos.

Por fim, a perda classificada como remota, como o próprio nome diz, remotamente trará perdas ou prejuízos para a entidade, ou são insignificantes as chances de que existam perdas. Há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota.

I – Processos Trabalhistas – EPAGRI como Ré

Probabilidade:	Valor Estimado
Provável	10.464.984
Possível	3.336.372
Depósitos Judiciais	7.799.027

Tratam-se de processos trabalhistas cujos objetos contemplam os seguintes temas: adicional de insalubridade, hora extra, diferenças salariais por eventual desvio de função, verbas rescisórias, indenização por danos materiais e morais e outros.

Os depósitos judiciais contemplam as hipóteses de depósitos “recursais” e depósitos para “garantia do juízo”, sendo que os respectivos valores apurados serão utilizados para abater eventuais condenações judiciais dos processos correlacionados em tramitação judicialmente.

Nos autos Processo nº 0038100-24.1996.5.12.0028, consta bloqueio judicial no valor original de R\$2.099.090 (valor atualizado monetariamente de R\$5.659.180), realizado em junho de 2007, sendo que o feito se encontra no primeiro grau de jurisdição, para posterior análise dos valores atualizados pendentes de pagamento.

O processo nº 0002570-38.2010.5.12.0037 é uma ação trabalhista coletiva relacionada ao cômputo de horas extras e adicional noturno, envolvendo aproximadamente 500 empregados. Em novembro de 2018 a EPAGRI realizou uma garantia do juízo no montante de R\$1.095.572. Atualmente o processo encontra-se em fase de execução de sentença, no sentido de liquidar os valores devidos para cada substituído.

II – Processos Cíveis – EPAGRI como Autora:

Depósitos judiciais: 137.521

Tratam-se de processos cujos objetos consistem em indenizações por dano material e cobranças de dívidas.

Por oportuno, informa-se que a escassez de ações de cobrança ajuizada pela Empresa decorre do fato de que se trata de uma empresa pública prestadora de serviço e não exploradora da atividade econômica, de modo que sua relação se dá em regra com prefeituras e outros órgãos públicos, cujo procedimento de cobrança de eventuais pendências tem alcançado notável êxito com a providência administrativa de travamento da Certidão Negativa de Débitos - CND, e, de outro lado, eventuais pendências com particulares não compensam pecuniariamente a propositura de uma ação judicial, mas somente providências administrativas de cobranças, em função do diminuto valor envolvido.

Nas ações trabalhistas nºs 6056 e 6058, ambas de 2012, em que a EPAGRI pretendia exonerar-se do pagamento de adicional de insalubridade, o laudo técnico foi desfavorável à empresa, razão pela qual

foi condenada ao pagamento da verba que havia sido suspensa no curso do processo por força de liminar.

Na ação trabalhista nº 1388/2016, a EPAGRI pretendia anular uma multa que lhe foi imposta. Para tanto, depositou o valor em juízo. A ação foi julgada procedente e o montante estornado.

Não houve processos classificados como “remoto”, porquanto a assessoria jurídica da Empresa não ajuíza ações sem que exista a plausibilidade do direito invocado, sob pena de desnecessária condenação judicial ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios em favor da parte contrária.

III – Processos Cíveis – EPAGRI como Ré

Probabilidade	Valor Estimado
Provável	4.532.400
Possível	2.920.961

Tratam-se de processos cujos objetos consistem em indenizações, execuções de títulos judiciais e extras, e mandados de segurança sobre concursos públicos. Nos processos cíveis não constam valores depositados judicialmente pela Empresa.

NOTA 22. CAPITAL SOCIAL

O capital social da empresa se apresenta na seguinte composição:

	31/12/2023	31/12/2022
Capital Social Subscrito	175.340.349	175.340.349
(-) Capital Social a Integralizar	(276.385)	(276.385)
	175.063.964	175.063.964

O capital social subscrito está representado por ações ordinárias nominativas escriturais no valor nominal de R\$1,00 cada, distribuídas entre os acionistas da seguinte forma:

SÓCIO	31/12/2023	31/12/2022	% Participação
Estado de Santa Catarina	169.781.642	169.781.642	96,82976
EMBRAPA	5.554.778	5.554.778	3,16800
IPREV	3.929	3.929	0,00224
CAPITAL SOCIAL	175.340.349	175.340.349	100

NOTA 23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Representa os valores de vendas de serviços e produtos da atividade-fim da empresa, já líquidos das deduções de tributos, devoluções e cancelamentos, conforme quadro abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Exportação de produtos e serviços	949.896	771.357
Vendas de produtos mercado interno	2.820.428	2.498.817
Prestações de serviços mercado interno	26.362.908	23.723.668
(-)Deduções da Receita	(3.813.736)	(3.343.000)
(=) Receita Operacional Líquida	26.319.496	23.650.842

I - Exportação de Produtos e Serviços:

Os valores representam receitas com exportação de serviços como estudos técnico-científicos, royalties, análises de solo e publicidade e propaganda em vídeos veiculados no YouTube.

II - Vendas de Produtos no Mercado Interno:

Representa a venda de produtos excedentes da pesquisa realizada pela Empresa.

III - Prestação de Serviços Mercado Interno:

Decorre principalmente da assistência técnica e extensão rural prestadas aos municípios do estado, de receitas com royalties, de serviços de meteorologia e hidrologia, da elaboração de projetos e planos de crédito, de análises de solo, entre outros serviços prestados ao agricultor catarinense.

IV - Deduções da Receita:

Deduções da receita são tributos incidentes sobre as vendas e prestações de serviços, bem como as devoluções, cancelamentos e descontos das vendas. No período de 2023 teve a seguinte composição:

	31/12/2023	31/12/2022
Tributos sobre as receitas :		
PIS s/ Serviços Prestados	491.351	432.509
COFINS s/ Serviços Prestados	2.263.193	1.992.163
ISS s/ Serviços Prestados	1.005.260	906.749
Devoluções e cancelamentos	53.932	11.579
Total das deduções	3.813.736	3.343.000

NOTA 24. DESPESAS COM VENDAS

As despesas com vendas efetuadas no exercício de 2023, no valor de R\$194 (R\$102 no ano de 2022), refere-se a brinde de estacas de macieira.

NOTA 25. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas representam despesas necessárias para o funcionamento da empresa, como folha de pagamento, materiais diversos, combustíveis, contratações de serviços de terceiros, as depreciações e amortizações dos bens patrimoniais, outros encargos como energia elétrica, as despesas tributárias e outras. Os valores apresentam a seguinte composição:

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com pessoal	432.920.128	445.455.425
Material de consumo e pesquisa	13.451.631	13.780.130
Serviços de terceiros	19.204.049	18.551.123
Depreciação e amortização	12.381.502	10.528.819
Outros serviços e encargos	4.325.500	5.750.053
Despesas tributárias	986.787	718.296
Outras despesas administrativas	1.461.345	840.452
	484.730.942	495.624.298

I – Despesas com Pessoal

Durante o exercício fiscal de 2023, a Empresa experimentou eventos significativos em sua folha de pagamento, refletindo diretamente nas políticas de gestão de pessoal e nas despesas operacionais relacionadas. Estes eventos são cruciais para entender a estrutura de custos da organização e suas implicações financeiras.

a) Implementação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2023/2024: Este acordo, com suas tramitações no SGPe SAR 677/2023, estabeleceu uma reposição salarial de 3,83% para todos os empregados. A implementação dessa reposição na folha salarial ocorreu em julho de 2023, com efeito retroativo a maio de 2023. Além disso, foi instituído o fornecimento de 22 vales alimentação mensais, cada um no valor de R\$30,37, a partir de 1º de maio de 2023, assegurando a participação da empresa no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

Adicionalmente, conforme a Cláusula 8ª do ACT, a empresa comprometeu-se a pagar o adicional de insalubridade para categorias profissionais específicas, como médicos veterinários, agrônomos, engenheiros e químicos, baseando-se em valores predeterminados que serão ajustados anualmente até maio de 2026. Para as demais categorias cobertas pelo acordo, o adicional será pago sobre o valor de R\$1.320, desde que a insalubridade seja atestada pelo LTCAT — Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho, conforme o art. 192 da CLT.

b) Promoção por Merecimento: Seguindo o Plano de Carreira, Cargos e Salários – PCCS (aprovado em 2015), a empresa concedeu promoções por merecimento, refletidas pelo avanço de uma referência de enquadramento na tabela salarial. Essas promoções são concedidas no mês de julho, nos anos ímpares, e resultaram em um aumento aproximado de 3% na folha de pagamento. A progressão por merecimento é o reconhecimento da EPAGRI mediante a análise de critérios previamente estabelecidos, face aos instrumentos próprios, com vistas a efetivar acréscimo salarial em função de seu desempenho e dos resultados alcançados.

c) Rescisões Contratuais: O período em análise também foi marcado pela rescisão de 26 contratos de trabalho, um movimento que reflete as reestruturações internas e ajustes na força de trabalho.

d) Auxílios Funerais: Conforme previsto no ACT, foram realizados pagamentos referentes a 5 auxílios funerários.

Os eventos descritos, com exceção do fornecimento de vales alimentação e dos auxílios funerários, são considerados na base de cálculo para direitos e benefícios como férias, gratificação de 1/3 de férias, 13º salário, triênios, aniversários de empresa e licenças especiais, implicando em uma carga patronal de 45,00% (INSS, FGTS, Programa de Saúde e Previdência Complementar).

e) Contribuições à Saúde e Previdência:

e.1) Plano de Saúde: A empresa contribui com 4% sobre a folha bruta mensal de salários para a Caixa Assistencial e Beneficente dos Funcionários da Associação de Crédito e Assistência Rural de SC – CASACARESC, totalizando R\$10.861.208 (dez milhões, oitocentos e sessenta e um mil, duzentos e oito reais) em 2023.

e.2) Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO): Foi apropriado como despesa o valor de R\$ 300.006 (trezentos mil, seis reais), referente ao contrato com a Fly Hospital Ltda. para execução do PCMSO, seguindo a Norma Regulamentadora nº 07/1987.

e.3) Plano de Previdência Complementar: Administrado pela Ceres - Fundação de Seguridade Social, a contribuição patronal é realizada de forma paritária à do empregado, limitada a 7% do salário de participação, resultando em uma média de 5,8% da base de cálculo em 2023.

Estas despesas e políticas de benefícios refletem o compromisso da empresa com o bem-estar e desenvolvimento de seus colaboradores, além de estar alinhadas com as estratégias de retenção e atração de talentos. A análise detalhada destas despesas permite uma compreensão mais profunda das práticas de gestão de pessoal da empresa e suas implicações financeiras.

II - Material de Consumo e Pesquisa

Estão incluídos nas despesas com materiais os gastos com combustíveis e lubrificantes, materiais de manutenção de bens móveis e imóveis, peças de reposição de veículos e de outros bens, refeições e gêneros alimentícios para os Centros de Treinamentos, fertilizantes, adubos e calcários, materiais para laboratório e pesquisas, materiais para produção própria e material de expediente.

III - Serviços de Terceiros

Os valores referem-se a serviços realizados na EPAGRI por outras pessoas, físicas ou jurídicas, especializadas, sendo os principais: vigilância e segurança; limpeza e conservação; manutenção e conservação em sistemas informatizados; manutenção e conservação de bens móveis e imóveis e de veículos.

Em serviços de terceiros também está inserida a despesa com o Contrato nº 329/2021 TA 01 com a instituição Centro de Integração Empresa-Escola do Estado de Santa Catarina - CIEE, referente à contratação média de 60 (sessenta) Jovens Aprendizes, cuja despesa no ano de 2023 foi de R\$809.947.

IV – Depreciação a Amortização

Despesas com depreciações de bens do ativo imobilizado e amortizações de bens do ativo intangível normais do ano, que são calculados pelo método linear, mediante a aplicação de taxas permitidas pela legislação fiscal “**NOTA 13**”.

V - Outros Serviços e Encargos

As principais despesas relacionadas neste item referem-se a gastos com fornecimento de energia elétrica, telecomunicações, internet e outros.

VI - Despesas Tributárias

As despesas referem-se aos tributos: IPTU, licenciamento de veículos, taxas e emolumentos, como alvarás de funcionamento.

VII - Outras Despesas Administrativas

Neste item estão contabilizados os valores referentes a despesas com viagens, a prestação de contas com convênios e as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. O principal motivo da elevação do gasto em 2023, comparado a 2022, foi a descentralização de recursos no valor de R\$499.757 para a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina - FAPESC, conforme Chamada Pública nº 53/2022 - cujo objetivo geral é: fomentar projetos de pesquisa em ciência, tecnologia e inovação (CTI) em Santa Catarina, coordenados por pesquisadores com vínculo formal com a EPAGRI, voltados à inovação e ao desenvolvimento técnico-científico de métodos e produtos de reconhecido interesse à sociedade catarinense.

NOTA 26. OUTRAS DESPESAS / RECEITAS

Nesta nota demonstra-se os valores de outras despesas e outras receitas necessárias à manutenção das atividades da empresa:



I - Outras Despesas:

Estão refletidos os custos dos bens alienados, e as provisões para contingências cíveis:

	31/12/2023	31/12/2022
Custos de bens baixados	55.290	72.165
Provisões contingências cíveis	35.774	-
	91.064	72.165

I - Outras Receitas:

	31/12/2023	31/12/2022
Subvenções recebidas do Estado	433.219.082	432.446.310
Subvenções através de convênios	1.874.224	1.890.960
Alienação de bens e doações	3.013.136	2.535.424
Participações societárias	600	1.528
Outras receitas eventuais	439.492	221.613
Reversões de provisões	19.270.811	25.369.716
Custos e deduções	(26.696)	(16.717)
	457.790.650	462.448.835

a) Subvenções recebidas do Estado

As subvenções recebidas do acionista controlador, Estado de Santa Catarina, são para custeio de despesas operacionais, principalmente para a folha de pagamento e seus encargos. No que tange a parte financeira, a EPAGRI é uma Empresa dependente do Tesouro Estadual, sendo estas subvenções sua principal entrada de recursos.

b) Subvenções através de convênios

As subvenções recebidas através de convênios são recursos obtidos por meio de instrumentos firmados com entidades governamentais e não governamentais, com finalidades específicas na aplicação de projetos de cada convênio "NOTA 5" e "NOTA 19". Tais recursos são reconhecidos como receita à medida que são despendidos nos projetos do convênio ao qual pertencem.

c) Alienação de bens e doações

No item Alienação de bens, o valor de R\$3.013.136 refere-se à: venda de veículos e sucatas através de leilão (R\$1.793.150); doações recebidas em bens patrimoniais (R\$1.143.353); incorporação de bens (R\$1.750); recebimentos de indenização de bens (R\$48.976) e outras (R\$25.907).

d) Participações societárias

As receitas com participações societárias no valor de R\$600 referem-se a dividendos recebidos dos investimentos em participações em empresas do ramo de telefonia com ações negociadas na bolsa de valores BM & FBOVESPA.

e) Outras receitas eventuais

São reconhecidas nesta conta as receitas auferidas de modo eventual e que não fazem parte da atividade fim da empresa. No exercício de 2023, o valor de R\$439.492 refere-se principalmente a receitas com inscrições em concurso (R\$156.340), ganhos em processos judiciais (R\$124.701), e demais receitas como doações recebidas para uso e consumo, arrendamentos, multas contratuais e ressarcimentos de despesas.

f) Reversões de provisões:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisões trabalhistas	19.200.613	25.300.920
Crédito de liquidação duvidosa	70.198	68.796
	<u>19.270.811</u>	<u>25.369.716</u>

As reversões das provisões ocorrem no momento em que o direito é efetivamente pago ao empregado ou em que o empregado perde o direito.

i - Provisões trabalhistas referem-se às provisões de direito do empregado, sendo elas licença especial e gratificação de férias 25% (resolução CPF nº 17/2010), bem como os encargos legais incidentes.

ii - Crédito de Liquidação Duvidosa: Conforme demonstrado na “NOTA 6” Contas a receber de clientes.

g) Custos e deduções - Este item refere-se ao valor de tributos de PIS e Cofins, sobre as receitas de subvenção obtidas através de convênios.

NOTA 27. RESULTADOS FINANCEIROS

Representam o confronto entre as receitas e as despesas financeiras, conforme demonstrado :

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas financeiras	5.078.829	696.107
Despesas financeiras	(552.067)	(573.266)
	<u>4.526.762</u>	<u>122.840</u>

I - Receitas Financeiras:

Em variações monetárias ativas, no ano de 2023, foram registradas as atualizações de créditos tributários que foram recuperados no período; atualizações de depósitos judiciais de processos; e Descontos Obtidos referentes ao convênio firmado com a Ticket Log “**NOTA 15**”, referente à manutenção da frota com peças e serviços de manutenção de veículos:

	31/12/2023	31/12/2022
Variações monetárias ativas	4.851.273	208.978
Outras receitas financeiras	31.036	5.899
Descontos Obtidos	443.618	515.675
PIS e Cofins sobre receitas financeiras	(247.098)	(34.445)
	5.078.829	696.107

a) Em variações monetárias ativas estão registrados:

i) R\$3.650.091 - atualização monetária do processo 00381-1996-028-12-86-3 dos depósitos realizados em 2007 - processo ainda está ativo “**NOTA 21**”;

ii) R\$823.063 - atualização monetária do processo 0298200-22.2004.5.12.0014 de depósito judicial no levantamento de alvará no valor de R\$1.358,734 em 14/08/2023;

iii) R\$249.498 - atualização monetária de INSS 2013 na restituição ocorrida em 12/05/2023 “**NOTA 9**”;

iv) R\$112.712 - atualização monetária de IRPJ e CSLL na restituição ocorrida em 20/10/2023;

v) R\$15.909 - atualização de outros depósitos judiciais de processos trabalhistas.

b) Descontos obtidos referem-se ao contrato com a Ticket Log de manutenção de veículos e equipamentos, referente ao contrato SEA/SC “**NOTA 15**”.

II - Despesas Financeiras

	31/12/2023	31/12/2022
Variações monetárias passivas	456.738	474.127
Despesas bancárias e outras	95.329	99.140
	552.067	573.267

Em despesas financeiras estão registradas as variações financeiras sofridas na atualização mensal do parcelamento PERT nº 1613393 - PGFN, conforme Lei 13.496/17, Art. 3º, Inciso II, Alíneas "a" e "b" e Art. 8º, pela Selic acumulada “**NOTA 16**”, bem como as despesas bancárias, IOF e outras.

NOTA 28. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Empresa é tributada pelo Lucro Real, onde o resultado contábil é ajustado pelas adições e exclusões obrigatórias ou permitidas previstas em legislação. Nos exercícios de 2023 e 2022 o resultado real e a tributação sobre o lucro se apresenta da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado contábil do exercício	2.124.161	(10.775.867)
(+) Adições	28.344.671	43.339.989
(-) Exclusões	(19.226.462)	(25.369.716)
(=) Lucro real (Prejuízo fiscal)	11.242.370	7.194.406
Deduções da base de cálculo:		
(=) Nova base de cálculo	7.869.659	5.036.085
Imposto de renda da pessoa jurídica 15%	1.180.449	755.413
Adicional irpj 10%	762.966	479.608
Outras deduções do irpj:	(365.243)	(323.933)
Valor irpj sobre o lucro líquido:	1.578.172	911.088
Contribuição social sobre o lucro líquido 9%	708.269	453.248
(=) Total tributação sobre o lucro	2.286.441	1.364.335

NOTA 29. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

	31/12/2023
Estorno de IRRF lançado no ano 2014	124.420
Estorno lançamento crédito INSS ano 2013	57.707
	182.127

I – Estorno IRRF lançado no ano 2014

São valores de IRRF sobre rendimentos de aplicações financeiras, incidentes sobre a aplicações de recursos de convênios “NOTA 5”. A Receita Federal do Brasil - RFB se pronunciou com a seguinte observação: “receita não oferecida à tributação” destacando que a empresa não tem a receita dos rendimentos reconhecida e portanto não pode reconhecer o direito sobre a retenção de tributo. Os recursos de rendimentos de aplicações com recursos de convênios estão representados no Passivo da Empresa, em Recursos a Aplicar - “NOTA 19”, o qual, via de regra de acordo com os termos de convênio, deverá ser devolvido à sua origem. Considerando as negativas recorrentes da RFB e considerando que os rendimentos desses recursos não se caracterizam como receitas da EPAGRI, foram revertidos os valores de IRRF que haviam sido reconhecidos como direito a recuperar.



II – Estorno lançamento crédito de INSS do ano 2013

Trata-se de um valor que foi pleiteado como crédito de INSS patronal referente à diferença de risco ambiental e solicitado à RFB através de Per/dcomp “**NOTA 9**”, o valor foi solicitado de acordo com cálculos internos do Departamento Estadual de Gestão de Pessoas-DEGP, porém ao analisar o pedido de restituição, a RFB efetuou seu próprios cálculos e reconheceu o crédito num montante a menor que o calculado pela EPAGRI. O valor originalmente solicitado foi R\$352.632, do qual R\$57.707 foi negado.

Florianópolis, 31 de dezembro de 2023.

Miriam Aparecida Zanotto
Contadora CRC/SC 027864

Jonas Pereira do Espirito Santo
Gerente Financeiro CRC/SC 028156

Dirceu Leite
Diretor Presidente